



COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000

v. 20, n. 1, p. 343-351, jan.-jun. 2025

DOI: <https://doi.org/10.5016/ew9kk403>

"Vejo o conhecimento desta forma: quanto mais compartilhamos, mais chances temos de mantê-lo para sempre"

*Entrevista com Fernando Oliveira Paulino
por Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior*

Nascido em São Paulo, Fernando Oliveira Paulino, mais conhecido como Paulino, tem uma carreira dedicada à comunicação desde sua chegada a Brasília, construindo uma relação intrínseca com a Universidade de Brasília (UnB) que já dura 30 anos. Ele se mudou para a capital federal após enviar uma carta para o processo seletivo e ser aprovado no curso de Jornalismo.

Desde a infância, desejava ser jornalista e cientista, principalmente por seu interesse pelo esporte e pela política. Atualmente, Paulino é



Foto: Arquivo Pessoal

professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da UnB, além de presidente da Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação – ALAIC (gestão 2022-2026).

Desde sua chegada a Brasília, em 1995, Paulino acumulou experiências e contribuiu para a construção do campo da comunicação, tornando-se uma das lideranças da área quando o tema é comunicação e política.

Nesta entrevista, buscamos compreender um pouco mais sobre a trajetória do professor, além de abordar assuntos relacionados à comunicação latino-americana, à integridade da informação e à importância das ciências da comunicação para a sociedade brasileira.

Paulino, para iniciar, você pode comentar um pouco sobre sua trajetória antes de adentrar o campo da comunicação?

Desde criança sempre quis ser jornalista e cientista, sobretudo devido ao gosto pelo esporte e pela política, no caso do jornalismo, e pela curiosidade. Acho que foi uma tentativa de entender como as coisas funcionavam e o que significava ter essa curiosidade pelo ambiente da educação e da ciência. De maneira que, desde quando entrei na escola, não saí mais. Fiz o

ensino fundamental e médio em São Paulo e, depois, o curso técnico em eletrônica no antigo segundo grau, para ter uma profissão que me possibilitasse pagar a faculdade, já que era difícil conseguir vaga em jornalismo.

E como o jornalismo apareceu na sua vida, de fato?

No meio do caminho, fazendo cursinho, depois de quatro anos de ensino médio e de ter trabalhado no McDonald's, descobri o anúncio da Universidade de Brasília. Nunca tinha vindo aqui e perguntei se alguns colegas queriam se inscrever, porque, na época, a inscrição era por carta. Tinha essa vantagem em relação a outras universidades. Não consegui companhia, mas vim. Fiz a prova e, alguns dias depois, refletindo sobre a existência divina e o futuro, andando com a pasta cheia de ferramentas (trabalhava nessa época como técnico de manutenção bancária e de automação comercial em São Paulo), recebi a notícia de que tinha passado.

E quantos anos você tinha?

Tinha 18. Entrei um ano antes na escola, estava adiantado. Como fiz quatro anos de colegial, coincidiu de eu terminar o ensino médio com 18. Então, seis meses depois de ter concluído o técnico, vim para cá.

Como foi esse primeiro contato com a UnB?

Morei na Casa do Estudante e logo descobri a extensão e a iniciação científica. Participei de um projeto chamado, curiosamente, *O Professor em*

Construção, na Faculdade de Educação, logo no primeiro semestre. Depois conheci o Luiz Martins, no segundo semestre, quando ele estava montando o SOS Imprensa. Participei da primeira turma do SOS, que começou no segundo semestre de 1996, quando eu estava no terceiro semestre. Acho que aí descobri uma maior vocação científica. Logo participei de congresso, fui à Intercom, comecei a receber estímulo para fazer pós-graduação e, ao mesmo tempo, não deixei de concluir o curso de Jornalismo. Atuei paralelamente como jornalista esportivo, realizando esse sonho. Terminei o curso em 1999, em 2000 entrei no mestrado e, no meio dele, recebi o convite para dar aula. Foi em 2001 que comecei a lecionar no IESB [Centro Universitário IESB].

Seu mestrado e doutorado são na área da comunicação política. Como foi esse processo?

Um grupo de pesquisadores começou a articular o que depois se transformaria, a partir de 2005, na Rede Nacional de Observatórios da Imprensa. Fiz parte desse grupo. Já tínhamos articulação com o Observatório da Imprensa desde o começo do SOS, em 1996. Começamos a identificar a relação com a análise de reflexões, tema da pesquisa científica, depois da dissertação e da tese: que instrumentos existiam e poderiam existir de mediação no relacionamento do público com os veículos de comunicação. Nesse período, fui responsável por prospectar exemplos fora do Brasil.

Vem daí, acredito, meu interesse pela ALAIC, pela realidade internacional e pela organização dessas informações para contribuir com o debate no Brasil. Fiz isso na dissertação e na tese, sobretudo no doutorado, focando na realidade da Espanha e de Portugal, países que tinham um passado autoritário, mas estavam em transição pela União Europeia. Tive a oportunidade de ir até lá, entrevistar pessoas e estudar as instituições.

E seu envolvimento com a comunicação comunitária?

Em 2001 surgiu a ideia de retomar as ações ligadas à necessidade de uma rádio na UnB, que levaram à criação da RALACOCO, a Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária, e à criação da disciplina no início de 2002. Ela já está prestes a completar 25 anos. Acho que conseguimos criar uma disciplina com continuidade significativa, com trabalhos realizados a partir do Distrito Federal e com a formação de mestres, doutores e graduandos, sempre com a perspectiva de estimular o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o saber popular. Fico muito feliz em ver todas essas iniciativas seguindo seu percurso. Por isso, sempre faço questão de agradecer por ter sido estudante de ensino público desde a pré-escola até o pós-doutorado.

Uma trajetória longa, mas é desde 2022 que você está na presidência da ALAIC, certo?

Entre na ALAIC em 2005. Sempre fui muito associativo, até por essa história de participar das reuniões dos

moradores para o asfalto da rua, para além da igreja, na época com mais força da Teologia da Libertação. Acho que sempre fui muito estimulado, até pelo perfil da minha família — minha mãe, meu pai, minhas irmãs — a participar de ações compartilhadas. Já participava da Intercom desde 1997 e, em 2005, entrei na ALAIC.

E como chegou à presidência?

Em 2008, o César Bolaño foi candidato à presidência e me chamou para ser diretor administrativo. Desde então entrei para a diretoria. Fui diretor administrativo, depois diretor de Relações Internacionais, em seguida vice-presidente. Em 2022, fui eleito presidente, com mandato até 2026.

Você consegue falar para a gente um pouco, Paulino, sobre essa comunicação latino-americana, esses processos políticos, o que você via lá no começo e que hoje estão diferentes?

Sim. Um esforço que temos feito ao longo desses anos é, por um lado, estimular o reconhecimento da comunicação como uma área científica que merece recursos para ensino, pesquisa e extensão. Há alguns anos havia mais dificuldade de perceber a comunicação como ciência. Agora, em termos de Capes, CNPq e mesmo em outros países, foram se estabelecendo muitos cursos de graduação e de pós-graduação, especialmente a partir do Brasil. Esse é um ponto importante que pude observar ao longo desses 17 anos, de 2008 para cá. Acho que tem

dado resultados, tanto em números quantitativos quanto qualitativos.

Além disso, uma bandeira que sempre carregamos foi a cooperação acadêmica interinstitucional, incluindo acadêmicos de dentro e de fora da região. Ao longo desses anos, conseguimos manter regularidade na realização de seminários e congressos. Criamos a Escola de Verão, que já mantém atividades não apenas presenciais, mas também remotas, de forma inclusiva, contribuindo para a formação de redes. Também mantivemos e expandimos a *Revista Latino-Americana da Comunicação* e criamos o *Journal of Latin American Communication Research*, para criar pontes com outras regiões do planeta e fazer com que a produção desenvolvida na América Latina alcance públicos de dentro e de fora da região.

Em termos de publicação, além dessas, temos outras iniciativas?

Claro. Fizemos um livro em parceria com a ECREA, comparando epistemologias de pesquisa em instituições europeias com reflexões latino-americanas. Temos tido reuniões com colegas de associações da África e da Ásia e realizado mesas anuais dentro do congresso da ICA para discutir questões ligadas à cooperação acadêmica. Inclusive, estou indo esta semana para Singapura, tudo relacionado a esse esforço de demonstrar a produção latino-americana e, com isso, também incidir nas reflexões da produção científica em nível global. Acredito que não dá para

sermos apenas portadores de “matéria-prima” de informações a serem industrializadas em outras regiões. Essa prática constante tem gerado mais visibilidade, mais citações e contribuído para mantermos, na prática, os princípios da ciência aberta.

Como você vê a América Latina dentro desse cenário de inteligência artificial generativa. Você enxerga isso como uma possibilidade, um caminho? Como nós, latino-americanos, podemos lidar com essa situação?

Vejo como quase tudo na vida: risco e oportunidade. Pelo lado do risco, as ferramentas de IA podem reforçar vieses, filtros e estereótipos em relação à produção desenvolvida em países considerados menos centrais. É muito possível que os algoritmos sejam seletivos, em alguns casos até coloniais, oferecendo respostas relacionadas a uma estrutura de produção, distribuição e acesso ao conhecimento que reflete o poderio econômico e cultural de alguns países sobre outros. Isso exige atenção contínua de nossa parte.

Por outro lado, também significa uma oportunidade de pensar a construção de serviços de inteligência artificial mais plurais, decoloniais e abertos à diversidade geográfica. E não só geográfica: também de gênero, raça e até socioeconômica. Esse é um desafio global, mas, para nós, ainda mais relevante, para que a inteligência artificial não reforce as hegemonias já existentes. Vejo também uma oportunidade de produção crítica de

análises dessas tecnologias, até para verificar — e esse é um grande desafio das associações e universidades — que tipo de uso ético, com redução de danos, pode haver dentro e fora do ambiente acadêmico.

E podemos fazer algum diálogo com a questão da comunicação comunitária? Pode ser uma alternativa para esse conhecimento crítico, esse pensamento, ligado a uma maior percepção do meio e capacidade de análise crítica?

Sem dúvida. Acho que a comunicação comunitária tem um método — arriscaria dizer, uma metodologia — de estimular que essas temáticas entrem não apenas pelos ouvidos, mas também pelas mãos. A melhor educação midiática será aquela que estimule muitas pessoas a produzirem conteúdos e a compararem o que é acessado com o que é produzido, levando em consideração também as dificuldades para o exercício do direito à comunicação.

Essa metodologia, da qual somos herdeiros de tantas experiências dentro e fora do Brasil, serve para estimular uma relação mais crítica e contribuir para o melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação. Acredito que a comunicação comunitária, ao longo dos anos, se mostrou um espaço bastante produtivo de educação midiática, informacional e digital. Isso também tem contribuído para dar vez e voz a públicos que eram mais marginalizados em termos de comunicação e que hoje utilizam essas

ferramentas para sua liberdade de expressão e para o compartilhamento de afetos.

Esse compartilhamento de afetos nos leva a um tema do seu interesse: a integridade da informação. Temos o desafio de oferecer às pessoas informação de qualidade. E a relação que faço com afeto é que muitas mensagens ligadas à desinformação partem desses laços: famílias, amigos, grupos próximos...

Vou começar pelo conceito. Acho interessante e cada vez mais presente a preocupação com a ideia de que informação implica veracidade e fundamento, ou seja, algo íntegro — menos calcado em interesses, manipulações e edições, e mais na verdade do dado que está sendo compartilhado. Esse debate ganhou força recentemente em função dos riscos que a democracia global — não só no Brasil — tem sofrido com práticas assumidamente desinformativas, que têm servido como instrumentos de desorientação e promoção de campanhas de ódio por interesses políticos, partidários, corporativos e eleitorais.

Diante dessa maior atenção conceitual, surgiram ações institucionais relevantes, como o trabalho da ONU e de alguns governos, entre eles o Brasil, que levantou essa bandeira intensamente durante sua presidência do G20 no ano passado. Houve também reflexos acadêmicos importantes, pois o tema ganhou visibilidade, maior atenção do público

e envolvimento de instituições financiadoras de pesquisa. Assim, a “integridade da informação”, com essa ambição e ideia, veio para ficar. É um guarda-chuva conceitual importante e necessário para assegurar mínimas condições de funcionamento da democracia e enfrentar ações coordenadas de desinformação promovidas por interesses corporativos e políticos.

Podemos vislumbrar mudanças na academia a partir dessa perspectiva?

Tenho uma esperança significativa de que possamos, a partir desses balanços, fazer algumas atualizações curriculares na graduação — não apenas em comunicação, mas também em outras áreas do conhecimento. Está cada vez mais evidente a necessidade dessa preocupação, por exemplo, com a comunicação pública da ciência, em áreas biológicas, tecnológicas e de inovação, para além do jornalismo, publicidade, audiovisual e comunicação organizacional.

No caso da UnB, também espero que possamos ampliar esse espaço em dissertações e teses. Acho que nossos cursos ainda hoje são muito voltados para a produção de conteúdo — anúncios, filmes, reportagens — quando, na verdade, além da produção, é cada vez mais necessário refletir sobre canais de distribuição e condições de acesso a esses conteúdos. Só assim conseguiremos preparar melhor as pessoas para lidar com esse ecossistema.

E como o nosso contexto político acaba sendo favorável a esse tipo de discussão? A pergunta, de fato, é: conseguimos transformar esse conhecimento, essa articulação, esse processo de criação em políticas públicas?

Bom, acho que são tantas demandas, tantas pendências, que é possível considerar que o que se conseguiu até agora é insuficiente. Esse ponto de vista é respeitável e se baseia em situações concretas. Ainda temos, por exemplo, um contingente significativo de pessoas sem acesso às tecnologias de informação e comunicação; uma assimetria informacional e comunicacional que faz com que, sobretudo, pessoas de camadas socioeconômicas mais desfavorecidas não tenham as mesmas condições de uso dessas tecnologias que um público mais privilegiado. Isso precisa ser levado em conta.

Por outro lado, acredito que, ao longo dos anos — sobretudo a partir do trabalho de associações e instituições de ensino superior na América Latina e, em particular, no Brasil — tem havido contribuições importantes nas atividades realizadas.

Pode dar alguns exemplos, Paulino?

Na época da ditadura militar, universidades e associações científicas promoveram muitas ações ligadas a estudos que contribuíram para a democratização e para a definição de parâmetros de uma nova ordem mundial da informação e da

comunicação, no final dos anos 1970. Depois, vieram ações de comunicação alternativa, comunitária, atividades ligadas à regulação e ao desmantelamento do chamado “entulho autoritário”.

As universidades também tiveram papel importante nos processos de regulação da TV por assinatura e, posteriormente, nas ações voltadas à radiodifusão comunitária, que viabilizaram a criação de rádios, TVs comunitárias e TVs legislativas. Houve ainda reflexões sobre comunicação pública, especialmente com a criação da EBC, a realização da Conferência Nacional de Comunicação, a aprovação da Lei de Acesso à Informação e, mais recentemente, iniciativas voltadas ao ambiente digital.

Essas últimas contribuíram para ampliar o acesso à informação e democratizar o conhecimento, mas também para desenvolver atividades ligadas à literacia midiática, educação midiática e educação digital. Portanto, sintetizando: ainda há um longo caminho a percorrer, mas é inegável que houve contribuições relevantes para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas em comunicação e cultura. Isso precisa ser estudado e valorizado, para que não caiamos em um pessimismo paralisante.

Queria perguntar para você que tipo de dica daria às pessoas que são jovens pesquisadores?

O primeiro ponto é estimular a autonomia. Romper com a ideia de

tutela que ainda pode existir na relação entre orientador e orientando, ou entre professor e aluno em sala de aula. Vejo a educação como esse princípio de estimular a pessoa a andar por si mesma, a encontrar caminhos, sem deixar de considerar o que já foi desenvolvido por outras pessoas e instituições.

Outro ponto fundamental é ter curiosidade e fome de conhecimento. Independentemente da condição existencial, os melhores resultados vêm de quem tem vontade, disposição de estar ali e, ao mesmo tempo, capacidade de ouvir. Muitas tecnologias atuais estimulam mais a falar, a influenciar, do que a acompanhar e aprender. É preciso equilibrar a vontade de aprender com a abertura para oportunidades que surgem, valorizando também a solidariedade e cumplicidade com as pessoas ao nosso redor.

Isso me ajudou muito: buscar, a partir da curiosidade, quem já desenvolveu reflexões em áreas de interesse, para construir algo novo que colabore com o desenvolvimento da ciência. No fim, é preciso manter abertura para dentro e para fora, equilibrando esses dois movimentos com humildade, sabedoria e respeito.

E não posso deixar de falar da saúde mental. É fundamental preservá-la, praticar atividades esportivas, não viver apenas para a universidade. É importante encontrar maneiras de equilibrar estudo e pesquisa com uma prática saudável, cuidando do corpo, para suportar um ambiente que, às

vezes, pode ser tóxico. Também é essencial buscar ajuda sempre que necessário.

Paulino, acho que conseguimos conversar bem. Tem algum assunto que não tocamos e que você considera importante mencionar?

Quero agradecer a você e à revista pelo interesse no meu trabalho. Fico muito grato e lisonjeado por terem me procurado para tratar dessas questões profissionais e pessoais. Talvez um último aporte — até pelo meu nome, pela primeira sílaba dele — seja estimular que as pessoas tenham fé. Pode parecer algo que contraria a ciência, mas, na verdade, é uma necessidade de resiliência.

O que posso trazer de concreto, a partir da minha experiência e do que acredito, é que quando a pessoa tem fé e se organiza, se planeja da melhor forma possível em relação a esse desejo, essa vontade, as chances de colocar em prática e fazer acontecer são significativas. Não falo aqui de religião, mas de esperança, de acreditar que é possível realizar sua vontade e, a partir disso, construir algo cooperativo, sem prejudicar ninguém.

Quando compartilhamos conhecimento, forças e vontades, aumentamos as chances de encontrar pessoas interessantes, o que potencializa nossas ações. Lembro, por exemplo, de um livro que virou filme chamado *Amizade sem Fronteiras*. O livro é *Senhor Ibrahim e as Flores do Corão*, de Emmanuel Schmitt. Nele há um trecho do Corão que considero

bastante científico: *“Tudo que a gente dá, a gente tem para sempre; e tudo que a gente tem, a gente pode perder a qualquer momento.”*

Vejo o conhecimento dessa forma: quanto mais compartilhamos, mais chances temos de mantê-lo para sempre, sentindo que outras pessoas também estão na mesma vibração. Já aquilo que retemos — o arquivo que guardamos, o livro que não emprestamos — podemos perder a qualquer momento. Ao longo da vida, amadureci a percepção de que o que vivemos juntos, sonhamos juntos, pesquisamos e distribuimos coletivamente tem mais chance de produzir efeito social e coletivo, além de gerar uma repercussão individual muito satisfatória.

As coisas vão se ampliando, acontecendo, e vamos nos desafiando diante delas. Fico feliz de não caminhar sozinho. Existe um estereótipo de que o pesquisador ou acadêmico é um intelectual isolado. Mas, quanto mais conseguimos prospectar individualmente e, ao mesmo tempo, compartilhar e desenvolver relações conjuntas, maiores são as chances de ver o campo crescer e de nos sentirmos parte desse crescimento.

Ao final, não deixamos de ser quem fomos, mas nos tornamos outras versões de nós mesmos, mantendo a essência enriquecida pelas experiências e descobertas em contato com diferentes pessoas. Acho que, às vezes, falamos pouco sobre isso na universidade: essa ontologia da educação, que é essencial para

entendermos nossa relevância e nossas possibilidades à luz das ferramentas e oportunidades que temos.